



ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO SC Nº 1794, de 15 de outubro de 2013 (Alterado pelos Decretos SC Nº 243, de 1º de julho de 2015, Nº 284, de 03 de agosto de 2015, Nº 307, de 17 de agosto de 2015 e Nº 359, de 09 de setembro de 2015, Nº 1281, de 28 de agosto de 2017)

Dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições privativas que lhe confere o art. 71, incisos I e II, da Constituição do Estado,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º A Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades, com a participação da comunidade escolar, tem por princípios a gestão democrática e a autonomia escolar.

Art. 2º A Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional de que trata este Decreto tem por finalidade priorizar a qualidade educacional e promover a transparência dos processos pedagógico e administrativo.

CAPÍTULO II DA AUTONOMIA ESCOLAR

Art. 3º A autonomia escolar, respeitada a legislação vigente, se manifesta por meio da participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), como expressão de suas relações sociais internas e externas interdependentes e articuladas de forma pedagógica, administrativa e financeira.

Parágrafo único. O PPP deverá resguardar as normas específicas que disponham sobre atribuições institucionais e gestão democrática da educação pública, com vistas ao aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem e à adoção de critérios de organização da vida escolar.

CAPÍTULO III DA GESTÃO ESCOLAR

Art. 4º A gestão escolar será exercida pela equipe gestora integrada pelo diretor de escola e assessoria, com observância às diretrizes e normas oriundas da Secretaria de Estado da Educação (SED), da legislação educacional vigente, do PPP e do Plano de Gestão Escolar.

Art. 5º O Plano de Gestão Escolar, para o período de 4 (quatro) anos, a iniciar no prazo de 12 (doze) meses após o final do mandato do Chefe do Poder



ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo, deverá explicitar metas que evidenciem o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante da Educação Básica e Profissional.

§ 1º Cabe à SED definir as dimensões e os elementos mínimos obrigatórios para o Plano de Gestão Escolar.

§ 2º O primeiro Plano de Gestão Escolar terá vigência até 31 de dezembro de 2015.

§ 3º No período de transição deste processo, o primeiro Plano de Gestão Escolar será apresentado pelo atual diretor de escola e terá vigência até dezembro de 2015.

Art. 6º O processo de escolha do Plano de Gestão Escolar, conforme previsto no art. 5º deste Decreto, será realizado em 2 (duas) etapas:

I – seleção pela banca avaliadora das propostas de planos de gestão escolar para submetê-los à escolha da comunidade escolar; e

II – escolha pela comunidade escolar, entre as propostas selecionadas pela banca avaliadora, do Plano de Gestão Escolar.

Parágrafo único. No processo de escolha, serão considerados os seguintes critérios de valoração por segmento representativo da comunidade escolar de que tratam os incisos II e III do art. 7º deste Decreto:

I – peso 2 (dois), relativamente à escolha dos pais ou responsáveis;

II – peso 1 (um), relativamente à escolha dos estudantes; e

III – peso 1 (um), relativamente à escolha dos profissionais da educação.

Art. 7º Para os efeitos deste Decreto, considera-se comunidade escolar:

I – os profissionais da educação em efetivo exercício na escola;

II – os pais, ou responsáveis, de estudante regularmente matriculado na escola; e

III – os estudantes regularmente matriculados na escola nos anos finais do Ensino Fundamental e em todas as séries do Ensino Médio e da Educação Profissional.

Art. 8º Cabe à SED definir:

I – os critérios para a composição da banca avaliadora;

II – as competências da banca avaliadora para a seleção dos planos de gestão escolar; e



ESTADO DE SANTA CATARINA

III – os procedimentos para a apresentação e a escolha das propostas referidas no inciso II do art. 6º deste Decreto.

~~Art. 9º Os professores da rede estadual de ensino interessados em elaborar plano de gestão escolar, observado o disposto no art. 5º deste Decreto, com vistas a ocupar a Função Gratificada (FG) de Diretor de Escola, deverão preencher os seguintes requisitos, de acordo com edital próprio elaborado pela SED:~~

Art. 9º Os profissionais da educação interessados em elaborar Plano de Gestão Escolar, observado o disposto no art. 5º deste Decreto, com vistas a ocupar a Função Gratificada (FG) de Diretor de Escola, deverão preencher os seguintes requisitos, de acordo com edital próprio elaborado pela SED: **(Redação alterada pelo Decreto Nº 243, de 2015)**

~~I – ser professor efetivo do Quadro do Magistério Público estadual;~~

~~I – ser professor, especialista em assuntos educacionais ou assistente técnico pedagógico, efetivo do Quadro do Magistério Público estadual; **(Redação alterada pelo Decreto Nº 243, de 2015)**~~

I - ser professor, especialista em assuntos educacionais, assistente técnico pedagógico ou assistente de educação efetivo do Quadro do Magistério Público Estadual; **(Redação alterada pelo Decreto Nº 1.281, de 2017)**

~~II – declarar-se optante pelo regime de dedicação exclusiva, a ser ratificado no termo de responsabilidade de que trata o § 2º do art. 13 deste Decreto, para ocupar a função de diretor de escola;~~

II – optar expressamente pelo regime de dedicação exclusiva, a ser ratificado no Termo de Compromisso de Gestão de que trata o § 2º do art. 11 deste Decreto, para ocupar a FG de diretor de escola; **(Redação alterada pelo Decreto Nº 243, de 2015)**

III – não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares;

IV – ter o estágio probatório homologado e publicado no Diário Oficial do Estado (DOE);

V – estar em efetivo exercício na rede estadual de ensino;

~~VI – dispor de carga horária de 40 (quarenta) horas de dedicação à escola;~~

VI – dispor de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de dedicação à escola; **(Redação alterada pelo Decreto Nº 243, de 2015)**

~~VII – possuir curso de formação continuada em gestão escolar de no mínimo 200 (duzentas) horas realizado pela SED ou por instituição de ensino superior.~~

~~VII – comprovar a conclusão ou a matrícula em curso de formação continuada em gestão escolar de no mínimo 200 (duzentas) horas realizado~~



ESTADO DE SANTA CATARINA

~~pela SED ou curso em pós-graduação *latu sensu* ofertado por instituição de ensino superior credenciada Conselho Estadual de Educação (CEE); ou pelo Ministério da Educação (MEC); (Redação alterada pelo Decreto Nº 243, de 2015)~~

VII – comprovar a conclusão ou a matrícula em:

a) curso de formação continuada em gestão escolar, de no mínimo 200 (duzentas) horas, ofertado pela SED ou por instituição de ensino superior credenciada pela SED; ou

b) curso de pós-graduação *latu sensu* em gestão escolar, ofertado por instituição de ensino superior autorizada pelo Ministério da Educação (MEC) ou pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); (Redação alterada pelo Decreto Nº 284, de 2015)

~~VIII – não possuir faltas injustificadas, nos 5 (cinco) anos anteriores; (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)~~

~~VIII – não possuir mais de 5 (cinco) faltas injustificadas nos 3 (três) anos anteriores à inscrição do Plano de Gestão Escolar; (Incluído pelo Decreto Nº 284, de 2015)~~

VIII – Não possuir mais de 5 (cinco) faltas injustificadas nos 3 (três) anos anteriores à inscrição do Plano de Gestão Escolar; (Incluído pelo Decreto Nº 307, de 2015)

IX - não ter sido destituído da função de diretor; e (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)

~~X – ter concluído o transcurso de 12 (doze) meses a partir da remoção. (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)~~

X - ter concluído o transcurso de 12 (doze) meses a partir da remoção, exceto o servidor que participou de processo de reordenamento, em razão de extinção ou criação de unidade escolar ou em razão de alteração do número de turmas, que importe em redução do número de aulas; (Redação alterada pelo Decreto Nº 1.281, de 2017)

~~XI – não se encontrar na condição de professor readaptado. (Incluído pelo Decreto Nº 307, de 2015)~~

XI – não se encontrar na condição de readaptado. (Redação alterada pelo Decreto Nº 359, de 2015)

~~Parágrafo único. Os professores habilitados para participar do processo de escolha do Plano de Gestão Escolar poderão inscrevê-lo em apenas uma única escola.~~

§ 1º Os profissionais de educação de que trata o caput deste artigo, interessados em participar do processo de escolha do Plano de Gestão Escolar deverão inscrevê-lo em apenas 1 (uma) escola. (Redação alterada pelo Decreto Nº 243, de 2015)

~~§ 2º O especialista em assuntos educacionais ou o assistente técnico-pedagógico interessado deverá: (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)~~



ESTADO DE SANTA CATARINA

§ 2º: O especialista em educação, o assistente técnico-pedagógico ou o assistente de educação interessado em participar do processo de escolha de Plano de Gestão Escolar, deverá justificar à comunidade escolar a intenção de assumir função gratificada de diretor em outra unidade escolar, esclarecendo a possibilidade de ser substituído por profissional que assuma as atribuições inerentes ao seu cargo, com amparo na Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015. (Redação alterada pelo Decreto Nº 1.281, de 2017)

I- Inscrever o Plano de Gestão Escolar na sua escola de lotação; e (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)

II- Prever no seu Plano de Gestão Escolar a forma de gerir a coordenação pedagógica durante o período em que estiver no exercício da FG de Diretor de Escola. (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)

§ 3º Será concedida alteração temporária, enquanto perdurar a FG de Diretor de Escola, aos profissionais de educação que possuem carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais. (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)

~~Art. 10. Cabe ao Secretário de Estado da Educação a designação do diretor de escola, em conformidade com os requisitos elencados nos incisos I a VI do art. 9º deste Decreto, até a edição de novo processo de consulta à comunidade escolar, nas seguintes hipóteses:~~

~~Art. 10. Cabe ao titular da SED a designação do diretor de escola, em conformidade com os requisitos de que tratam os incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII, IX e X do art. 9º deste Decreto, até a edição de novo processo de consulta à comunidade escolar, nas seguintes hipóteses: (Redação alterada pelo Decreto Nº 243, de 2015)~~

Art. 10, Cabe ao titular da SED a designação do diretor de escola, em conformidade com os requisitos de que tratam os incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII, IX, X e XI do *caput* do art. 9º deste Decreto, até a edição de novo processo de consulta à comunidade escolar, nas seguintes hipóteses: (Redação alterada pelo Decreto Nº 1.281, de 2017)

I – não havendo proposta de plano de gestão escolar; e

II – quando a comunidade não referendar o Plano de Gestão Escolar que lhe for apresentado.

~~Art. 11. Cabe ainda ao Secretário de Estado da Educação a designação de nome de professor que preencha os requisitos do art. 9º deste Decreto e seja o responsável pelo Plano de Gestão Escolar escolhido pela comunidade escolar para o exercício da FG de Diretor de Escola.~~

Art. 11. Cabe ao titular da SED a designação do profissional da educação que preencha os requisitos do art. 9º deste Decreto e seja o responsável pelo Plano de Gestão Escolar escolhido pela comunidade escolar para o exercício da FG de Diretor de Escola. (Redação alterada pelo Decreto Nº 243, de 2015)



ESTADO DE SANTA CATARINA

~~§ 1º O diretor de escola para o exercício da função escolherá os assessores de direção, em conformidade com a legislação vigente.~~

~~§ 1º O diretor de escola escolhido para o exercício da respectiva FG indicará os assessores de direção, em conformidade com a legislação vigente, até 30 de março do primeiro ano de gestão, tendo como referência o número de estudantes publicado oficialmente pelo censo escolar no ano anterior. (Redação alterada pelo Decreto Nº 243, de 2015)~~

§ 1º O diretor de escola escolhido para o exercício da respectiva FG indicará os assessores de direção, em conformidade com a legislação em vigor, tendo como referência os de enturmação do ano em curso contidos no sistema de gestão dos dados dos estudantes da SED. (Redação alterada pelo Decreto Nº 1.281, de 2017)

§ 2º Após as indicações de que trata o *caput* deste artigo, o diretor de escola firmará Termo de Compromisso de Gestão com a SED, elaborado com base no Plano de Gestão Escolar. (Redação alterada pelo Decreto Nº 243, de 2015)

~~§ 3º Anualmente, no mês de março, será realizada a redefinição do número de Assessores de Direção da unidade escolar, em conformidade com a legislação em vigor, tendo como referência o número de estudantes registrado e publicado oficialmente pelo censo escolar no ano anterior. (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)~~

§ 3º Anualmente, no mês de abril, será realizada a redefinição do número de assessores de direção da unidade escolar, em conformidade com a legislação em vigor, tendo como referência os dados de enturmação contidos no sistema de gestão dos dados dos estudantes da SED. (Redação alterada pelo Decreto Nº 1.281, de 2017)

§ 4º O diretor de escola escolhido para o exercício da respectiva FG que tenha comprovado a matrícula em curso de formação continuada em gestão escolar de que trata o inciso VII do *caput* do art. 9º deste Decreto, terá o prazo de até 18 (dezoito) meses a contar da sua designação para apresentar o certificado de conclusão. (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)

§ 5º Cabe à Gerência de Educação (GERED) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de abrangência estadual de ensino averiguar a frequência e o aproveitamento dos diretores escolhidos pela comunidade escolar no curso de que trata o § 4º deste artigo. (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)

Art. 12. O cumprimento do Termo de Compromisso de Gestão de que trata o § 2º do art. 11 deste Decreto será acompanhado e avaliado anualmente pela SED, ouvida a Gerência de Educação (GERED) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) e o Conselho Deliberativo Escolar.

Art. 13. A Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino será regulamentada por ato do Secretário de Estado de Educação no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação deste Decreto.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 14. O valor da FG de Diretor de Escola corresponde ao quantitativo estabelecido no Anexo III da Lei Complementar nº 457, de 11 de agosto de 2009.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 15. Os diretores de escola em efetivo exercício na rede estadual de ensino poderão apresentar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data de publicação deste Decreto, o plano de gestão escolar para vigorar até 31 de dezembro de 2015, mesmo que não atendam ao previsto no inciso VII do art. 9º deste Decreto.

§ 1º Os diretores de escola de que trata o *caput* deste artigo terão o prazo de até 1 (um) ano, a contar da data de publicação deste Decreto, para comprovar o ingresso no curso de formação continuada em gestão escolar ou tê-lo concluído no mesmo prazo, em conformidade com o inciso VII do art. 9º deste Decreto.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o *caput* deste artigo, sem a apresentação do primeiro Plano de Gestão Escolar pelo atual diretor de escola, será observado o disposto no art. 10 deste Decreto.

Art. 16. A vacância da função de diretor de escola se dará por:

- I – conclusão da gestão escolar;
- II – renúncia;
- III – destituição;
- IV – aposentadoria; ou
- V – morte.

~~Parágrafo único. Ocorrendo uma das hipóteses de que trata o *caput*, caberá à SED iniciar o processo de nova escolha, na forma prevista no art. 6º deste Decreto, de plano de gestão escolar com duração equivalente à conclusão do mandato de 4 (quatro) anos da função em vacância. (Revogado pelo Decreto Nº 243, de 2015)~~

Art. 17. A destituição do diretor de escola poderá ocorrer, por meio de despacho fundamentado do Secretário de Estado da Educação, nas seguintes hipóteses:

- I – a pedido;
- II – por descumprimento do Plano de Gestão Escolar firmado no Termo de Compromisso de Gestão; ou
- ~~III – por inobservância a qualquer das disposições deste Decreto.~~



ESTADO DE SANTA CATARINA

III – por inobservância a qualquer das disposições deste Decreto, em especial ao disposto no Art. 4º deste Decreto. (Redação alterada pelo Decreto Nº 243, de 2015)

§ 1º A critério do Chefe do Poder Executivo, poderá ser designado interventor para fins de acompanhamento das hipóteses de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II do *caput* deste artigo, o diretor de escola deverá ser notificado por meio de advertência formal previamente, sendo o caso, à sua destituição.

Art. 18. Cabe à SED estabelecer a forma de transferência de recursos a fim de agilizar a execução pedagógica, administrativa e financeira da escola.

Art. 18-A. Ocorrendo uma das hipóteses de que tratam os incisos II, III, IV e V do *caput* do art. 16 deste Decreto e restando ainda um período igual ou superior a metade daquele referido no art. 5º deste Decreto, após ouvido o Conselho Deliberativo Escolar e a GERED da SDR de abrangência da rede estadual de ensino, será nomeado, pelo titular da SED, 1 (um) diretor *pro tempore*, até a conclusão de novo processo de escolha. (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)

§ 1º Em caso de o prazo ser inferior a metade daquele referido no art. 5º deste Decreto, após ouvido o Conselho Deliberativo escolar e a GERED da SDR de abrangência da rede estadual de ensino, caberá ao titular da SED nomear 1(um) diretor, *pro tempore*, para dar continuidade ao Plano de Gestão Escolar vigente. (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)

§ 2º Em caso de ausência do Conselho Deliberativo Escolar, caberá ao titular da SED, após ouvida a GERED da SDR de abrangência da rede estadual de ensino, a indicação de 1(um) diretor, *pro tempore*, para dar continuidade ao Plano de Gestão Escolar vigente. (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)

Art. 18-B. Os casos omissos deste Decreto serão dirimidos pela SED, por intermédio da Comissão de Gestão Escolar a ser constituída por meio de portaria do titular da SED. (Incluído pelo Decreto Nº 243, de 2015)

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Fica revogado o Decreto nº 3.901, de 28 de dezembro de 2005.

Florianópolis, 15 de outubro de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

NELSON ANTÔNIO SERPA
Secretário de Estado da Casa Civil

EDUARDO DESCHAMPS
Secretário de Estado da Educação